

# Meta-análise de Conteúdos Direcionados às Políticas de Acessibilidade no Brasil (2002-2019)

*Meta-analysis of Content Directed to Accessibility Policies in Brazil (2002-2019)*

Por Marcelo de Santana Porte\* y José Damião Trindade Rocha\*\*

**Fecha de Recepción:** 16 de octubre de 2022.

**Fecha de Aceptación:** 09 de marzo de 2023.

## RESUMO

O estudo tem o objetivo de confrontar as diferentes ações de acessibilidade no país com os relatos identificados na literatura. A análise foi realizada sob a lente das práticas impostas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Realizou-se uma meta-análise apoiada na combinação de técnicas de análise de conteúdo, análise léxica e de palavras-chave. As técnicas foram aplicadas aos objetivos de 154 publicações indexadas na base de dados da *Web of Science* desde 2002. A metodologia utilizou medidas de frequências estatísticas apli-

cadas a *corpus* textuais; Análises de Similitude com Nuvem de Palavras e Análise Fatorial de Correspondência. Como resultados foram descobertas cinco categorias temáticas emergidas da literatura avaliada. Três categorias foram relacionadas à acessibilidade na educação: duas associadas às barreiras arquitetônicas, de comunicações, atitudinais e tecnológicas existentes no ensino superior e uma categoria direcionada às barreiras sofridas pelas pessoas com deficiência visual na educação básica. As outras duas categorias foram: relacionadas à acessibilidade aos idosos e pessoas com defi-

---

\* Postdoctorado en Educación por la Universidad Federal de Tocantins. Doctorado en Contabilidad por las Universidades de Aveiro, Portugal, y Universidad de Minho, Portugal, obteniendo una Beca CAPES para el Programa de Doctorado Completo en el Extranjero (Reconocimiento del diploma en poder de Universidad de Brasília). Maestría en Administración; MBA en Contraloría y Finanzas. Licenciado en Administración de Empresas y en Ciencias Contables. Correo electrónico: marcelo\_porte@hotmail.com

\*\* Posdoctorado por la Universidades do Estado Pará. Doctorado en Educación por la Universidade Federal de Bahía. Maestría en Educación Brasileña por la Universidade Federal de Goiás. Correo electrónico: damiao@uft.edu.br

ciência física no atendimento aos serviços na área da saúde; e aos problemas de mobilidade urbana existentes nas cidades.

**Palavras-chave:** *Acessibilidade, Pessoas com Deficiência, Idosos, Educação, Saúde.*

## ABSTRACT

The study aims to compare the different accessibility actions in the country with the reports identified in the literature. The analysis was carried out under the lens of the practices imposed by the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities. A meta-analysis was carried out based on the combination of content analysis techniques, lexical analysis and keywords. The techniques have been applied to the objectives of 154 publications indexed in the Web of Science database since 2002. The methodology used measures of statistical frequencies applied to textual corpus; Similarity Analysis with Word Cloud; and Factorial Correspondence Analysis. As a result, five thematic categories emerged from the evaluated literature were discovered. Three categories were related to accessibility in education: two associated with architectural, communications, attitudinal and technological barriers in higher education; and a category aimed at the barriers suffered by people with visual impairments in basic education. The other two categories were: related to accessibility to the elderly and people with physical disabilities in providing health services; and urban mobility problems in cities.

**Keywords:** *Accessibility, Disabled Persons, Elderly People, Education, Health.*

## Introdução

Na atualizada, a atenção dada às pessoas com deficiência tem se tornado um fator de desenvolvimento de inclusão social, e acima de tudo de acessibilidade. Desde mudanças feitas em edificações públicas e privada, ao acesso à informação e à comunicação, permitindo assim que qualquer pessoa, independentemente de suas limitações, possa ter uma vida digna mesmo

possuindo barreiras. No cerne desta questão, pesquisadores têm realizado estudos diversos para avaliar as políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência e fatores associados às barreiras de acessibilidade. No âmbito internacional, podemos encontrar estudos direcionados a participação de pessoas com deficiência no cenário eleitoral e político na Europa (Priestley *et al.*, 2016), políticas de acessibilidade para inclusão digital na Austrália (Goggin, Hollier e Hawkins, 2017), uso de sistemas automatizados nos aeroportos no controle de fronteiras para pessoas com deficiência na Europa (Oostveen e Lehtonen, 2018) e análise das leis digitais que afetam as pessoas com deficiência que vivem no Reino Unido (Lewthwaite e James, 2020).

No Brasil pode-se enfatizar os estudos relacionados com as barreiras urbanísticas e arquitetônicas na área da saúde sofridas por pessoas com deficiência física (Alpino *et al.*, 2013), as barreiras de comunicação e tecnológicas no âmbito da educação em relação as pessoas com deficiência visual (Leria *et al.*, 2018), barreiras de comunicação (Cabral e Melo, 2017) e atitudinais (Ciantelli, Leite e Nuernberg, 2017) sofridas por pessoas com deficiência no ensino superior.

O presente estudo está focado em mapear e categorizar os tipos de barreiras de acessibilidade que vêm sendo publicados na produção científica. Utilizou-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº. 13.146/2015, como norteadora da caracterização das barreiras de acessibilidade aqui analisadas.

Ressalta-se que esta pesquisa faz parte de um pós-doutorado em andamento em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e resultado do Grupo de Estudos e Pesquisas de Currículos Educacionais das/para/com Minorias Sociais Nortistas Amazonizadas (Gepce/Minorias) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Com um maior conhecimento sobre o que vem sendo realizado no âmbito nacional sobre acessibilidade, pretende-se subsidiar de informações o Núcleo de Inclusão

e Acessibilidade do Deficiente (NIADI) da UFT, com dados para que haja uma expansão nas suas ações de melhoria.

Além desta seção de Introdução, o estudo apresenta uma revisão de literatura sobre os antecedentes históricos das políticas para acessibilidade de forma genérica no mundo, e mais específica no Brasil. Além disso, são apresentados alguns estudos existentes na literatura sobre acessibilidade. Posteriormente, a Metodologia destaca a informação de que foi realizado um estudo qualitativo, alicerçado em uma análise estatística aplicada a um *corpus* de 154 artigos científicos sobre acessibilidade, todos indexados na base de dados *Web of Science*. Como parâmetro metodológico, utilizou-se o estudo de temáticas realizado por Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018). Para auxiliar a metodologia, ainda foi aplicada uma análise de conteúdo paralela à análise léxica e de *keywords*, de acordo com os estudos de Marchand e Ratinaud (2012). Composto os resultados desta pesquisa, apresenta-se os achados das Estatísticas Textuais e da Classificação Hierárquica Descendente, realizado pelo método de Reinert. Depois são apresentadas as Análises de Similitude associada com a Nuvem de Palavras e Análise Fatorial de Correspondência (AFC) de cada uma das cinco classes temáticas encontradas no estudo, seguindo uma abordagem similar aos estudos de Machado, Chaise e Elliot (2016) e Pereira, Oliveira e Reis (2020). Após a seção de resultados e discussões, poderão ser vistas as considerações finais pertinentes ao estudo em foco.

### **Antecedentes históricos das políticas de acessibilidade**

De acordo com Guerreiro (2012), apenas há pouco tempo, o debate sobre acessibilidade, em especial acerca das pessoas com deficiência, veio entrar na agenda pública, em particular com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que em seu documento declara que todos os seres humanos nascem livres

e iguais em dignidade e direito (Organização das Nações Unidas, 1948), constituindo um marco para dignidade do ser humano e internacionalizando os direitos humanos.

Gradativamente a dignidade humana foi fazendo parte das Constituições dos países após a DUDH, o que permitiu o reconhecimento de pessoas com deficiência no tocante as suas condições (Pereira, Bizelli e Leite, 2015). Ainda em meados de 1975, a ONU aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (Organização das Nações Unidas, 1975), e em 2006, adotou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Organização das Nações Unidas, 2006).

Ainda em relação às normativas internacionais que abordam a temática dos direitos das pessoas com deficiência, pode-se encontrar no artigo 23 da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, de 1989, que os Estados devem reconhecer que a criança com deficiência física ou intelectual deve ter uma vida global de forma descente, de uma forma tal, que a sua dignidade seja garantida, sendo receptora de cuidados especiais de forma gratuita sempre que for possível (Organização das Nações Unidas, 1989). Cerca de cinco anos depois, a ONU elabora a Declaração de Salamanca na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, ao qual consta que as pessoas que possuem necessidade em educação especial precisam ter acesso à escola regular, com uma implementação de pedagogia integradora direcionada na pessoa, sendo capaz de acolher as suas necessidades (Organização das Nações Unidas, 1994).

Pouco mais tarde, em 1999, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Convenção Interamericana para fosse realizada a eliminação de todas as formas de discriminação direcionadas as pessoas com deficiência, na qual declara que “os Estados Partes comprometem-se a: tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação” no tocante

as pessoas com deficiência para que haja a sua plena integração junto a sociedade (Organização das Nações Unidas, 1999).

Referente aos fatos históricos ocorridos no Brasil, temos a Constituição Federal (CF) de 1988, entusiasmada pelas mudanças legais e sociais que emergiam em vários países e em território nacional, objetivou garantir os direitos fundamentais ao povo brasileiro, trazendo dispositivos específicos de proteção às pessoas com deficiência (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

A CF do Brasil, apresenta no art. 7º, inciso XXXI, proíbe distinções salariais e qualquer critério para a admissão do trabalhador com deficiência. Seu art. 23, inciso II, completa estabelecendo que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidarem da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência. Conforme art. 37, VIII, da mesma Constituição, existe a previsão de percentual de reserva para pessoas com deficiência que forem trabalhar na área pública (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Além disso, consta ainda na CF brasileira, conforme art. 203, a Assistência Social, art. 208, o atendimento educacional especializado, art. 227, a integração social do adolescente e do jovem com deficiência e “adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado” as pessoas com deficiência (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

No que tange a esfera trabalhista brasileira, está previsto no art. 93, da Lei Federal n.º 8.213/1991, que as empresas que possuem 100 ou mais funcionários devem reservar cerca de 2% a 5% do seu quadro para vagas destinadas às pessoas com deficiência (Lei n. 8.213, 1991). De acordo com Brito Filho (2016), essa é uma forma de materializar a igualdade no mercado de trabalho, para as pessoas com deficiência, por meio de um sistema de cotas em função de uma discriminação positiva.

Em 2015, o Brasil institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei n.º 13.146. Nessa lei são apresentadas as barreiras que possam prejudicar a acessibilidade das pessoas com deficiência, que são classificadas em (Lei n. 13.146/2015):

- a. barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b. barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c. barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d. barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e. barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f. barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

Conforme Pereira, Bizelli e Leite (2015), o Brasil da atenção às pessoas com deficiência no âmbito da educação, em função da previsão de matrícula para as mesmas no nível da escola regular, conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/1996. Na presente Lei consta que os estudantes que se enquadram na situação supracitada são assegurados o direito a instituição de currículos, métodos, recursos educativos e professores com especialização para atendimento especializado (Lei n. 9.394, 1996).

Ao vislumbrar o ensino superior brasileiro, o Ministério da Educação, por meio da Portaria Normativa nº 13/2016, determina que Instituições Federais de Ensino Superior apresentem Políticas de Ações Afirmativas de inclusão de

pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Ministério da Educação, 2016). Ainda no mesmo ano, é promulgada a Lei nº 13.409/2016 que dispõe “sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino” (Lei n. 13.409, 2016).

Em 2000 o Brasil cria a lei para a direcionada a acessibilidade de pessoas com deficiência ou possuidoras de mobilidade reduzida, “mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação” (Lei n. 10.098, 2000).

### Estudos sobre acessibilidade

A literatura sobre acessibilidade possui um direcionamento para abordagem de pessoas com deficiências e de idosos. Além disso, é dado foco em seus instrumentos metodológicos a fatores direcionados às barreiras existentes de acessibilidade. No âmbito de estudos que não especificam o tipo de deficiência, ou que possuem mais de uma deficiência analisada em sua pesquisa, pode ser citado o estudo de Siqueira e Santana (2010) que dá foco ao Projeto Incluir, do Ministério da Educação. Na literatura podemos encontrar estudos voltados para a educação básica com direcionamento para a avaliação assistiva (Paula e Enumo, 2007), como também a implementação de políticas públicas para uma educação inclusiva (Marins e Matsukura, 2009), e a trajetória escolar dos alunos matriculados no Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Leite e Campos, 2018). Além disso, estudos específicos voltados ao Ensino Superior podem ser encontrados com abordagem para as políticas de ações afirmativas (Oliveira, 2013), as temáticas de inclusão nos projetos pedagógicos dos cursos (Medrado, Mello e Tonelli, 2019), o papel das ações dos Núcleos de Acessibilidade em prol das pessoas com deficiência.

São encontrados na literatura estudos específicos voltados para a acessibilidade com foco

para um único tipo de deficiência. Pode ser citado o estudo de Melo e Martins (2007), que estudaram as mudanças ambientais e pedagógicas realizadas por uma escola, situada na capital do Rio Grande do Norte, para promover a inclusão de pessoas com deficiência física, em específico a paralisia cerebral. O transtorno do espectro autista é estudado por Santarosa e Conforto (2015), em seus estudos são evidenciadas influências das ações de políticas de inclusão.

Vale ressaltar que há maior destaque na literatura para as pesquisas relativas às pessoas com deficiência auditiva, física e visual, não necessariamente nesta ordem, quando se pensa em uma investigação científica para um único tipo de deficiência. Em relação a deficiência auditiva, há estudos direcionados a aspectos comunicacionais de surdos no processo de atendimento a atenção básica de saúde (Santos e Portes, 2019), ao processo de ensino e aprendizagem em ambientes virtuais (Flor, Vanzin e Ulbricht, 2013; Pivetta, Saito e Ulbricht, 2014) e tecnologia assistiva afim de gerar acessibilidade para surdos (Áfio *et al.*, 2016).

Em relação aos estudos focados em acessibilidade para pessoas com deficiência física podem ser encontradas pesquisas relacionadas a acessibilidade domiciliar (Gasparoto e Alpino, 2012), acessibilidade interna de ambientes públicos, como a recepção de unidades de atendimento primário a saúde (Marques *et al.*, 2018), e no ambiente de trabalho (Leal, Mattos e Fontana, 2013), e acessibilidade externa, como a acessibilidade de um parque infantil (Rocha, Desidério e Massaro, 2018).

Para as pessoas com deficiência visual, podemos encontrar estudos direcionados a aplicação da técnica de sombreamento afim de se analisar a acessibilidade dos mesmos (Silva e Ferreira, 2017), a acessibilidade digital no tocante no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (Leria *et al.*, 2018), a análise da comunicação como uma barreira de acessibilidade (Camarago, Nardi e Veraszto, 2008), do impacto da tecnologia assistiva para o desenvolvimento

e inclusão das pessoas com deficiência visual (Bruno e Nascimento, 2019) e de audiodescrição como forma de possibilitar a acessibilidade midiáticas (Kersch e Marques, 2016) à livros didáticos (Eich, Schulz e Pinheiro, 2017).

Por fim, também é encontrada na literatura relatos de acessibilidade específica para idosos, independentemente de possuir uma doença congênita, e sim mais direcionadas aos problemas que as pessoas idosas estão sujeitas naturalmente em função da sua idade. A literatura, para esse tipo de temática é muito focada no processo de locomoção dos idosos desde a acessibilidade em vias públicas (Ferreira *et al.*, 2018), passando pelo acesso ao transporte público (Wasfi, Levinson e El-Geneidy, 2012), até a procura de serviços de atenção primária na saúde pública (Martins *et al.*, 2014) e serviços bancários (Mazzoni e Torres, 2008). Não podem ser deixados de lado os estudos relacionados ao uso de tecnologia para os idosos, em especial o uso de celulares no tocante as suas dificuldades enfrentadas para seu uso (Anjos e Gontijo, 2015).

## Metodologia

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, baseada em análise estatística aplicada ao *corpus* textual composto pelo recorte dos objetivos de 154 publicações, com enfoque na temática de ‘acessibilidade’, com foco para pessoas com deficiência e idosos, indexadas na base de dados *Web of Science*. Tal procedimento usa como base o processo metodológico realizado por Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018), que realizaram uma pesquisa para evidenciar as temáticas em auditoria alicerçadas nos objetivos dos estudos.

## A Base de Dados e os Critérios de Inclusão e Exclusão

Com o objetivo de caracterizar as pesquisas sobre acessibilidade no Brasil, foi utilizada a base de dados da *Web of Science*, sendo utilizado o filtro para selecionar apenas as publicações da *SciELO Citation Index*, que possui artigos

indexados na *Web of Science* desde 2002. No tocante às etapas para seleção das publicações, foram selecionados, na primeira fase, os artigos que continham a palavra ‘acessibilidade’ no campo tópico (resumo, título ou palavras-chave). Posteriormente, foi aplicado o filtro para selecionar apenas artigos específicos da coleção *SciELO Brasil*, excluindo o ano de 2020 pelo fato de o mesmo estar em curso, gerando um total de 466 documentos a serem analisados.

Na segunda etapa, todos os estudos foram transferidos para o *software EndNote* para que fossem selecionados apenas os artigos que abordassem a temática sobre ‘acessibilidade’. Foram excluídos 342 documentos, haja vista que 333 não corresponderam ao objetivo do estudo e nove por estarem em duplicidade, apresentando um novo total de 154 artigos sobre acessibilidade a serem utilizados.

Na terceira etapa, foi realizada a leitura da introdução, metodologia e resultados dos 154 estudos, para caracterizá-los com os tipos de barreiras de acessibilidade (urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas) e deficiências utilizadas como variáveis em suas pesquisas. Apesar da Lei Brasileira de Inclusão n.º 13.146/2015 empregar a nomenclatura ‘barreiras nas comunicações e informações’, o presente estudo utilizará apenas parte do seu nome, sendo o mesmo definido a partir daqui como ‘barreiras nas comunicações’, não havendo perda para a sua categorização mediante a Lei. Dessa forma, foram utilizados 154 artigos científicos sobre acessibilidade relacionados a pessoas com deficiência para realização das demais análises do estudo no *software IRaMuTeQ*.

## Elaboração do *corpus* textual e análises aplicadas

Foram utilizados 154 objetivos de artigos científicos para a formação do *corpus* ‘acessibilidade’, gerando 3.667 ocorrências, palavras dentro do *corpus*, das quais apresentaram 1.132 palavras distintas, sendo 905 formas lematizadas e

537 palavras que ocorreram apenas uma única vez. Após a Classificação Hierárquica Descendente foram aproveitados 116 segmentos de texto, representando uma retenção de 81,82% considerando o total de 154 segmentos de texto no *corpus* textual inicial, o que é adequado para a análise a ser realizada (Reinert, 1990).

Será apresentada nas próximas seções a análise léxica e de *keywords* aplicada aos objetivos dos 154 artigos da amostra. Este método foi alicerçado no estudo de Marchand e Ratinaud (2012), com o auxílio do *software IRaMuTeQ*. Esse sistema serviu como organizador do *corpus* textual e facilitador para o desenvolvimento das Estatísticas Textuais, da Classificação Hierárquica Descendente pelo método de Reinert associada à Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e da Análise de Similitude com Nuvem de Palavras. Tudo isso, objetivando confrontar as diferentes ações de acessibilidade no país com a Lei nº 13.146/2015, por meio da geração de classes de conteúdo temático, análogo aos estudos de Machado, Chaise e Elliot (2016) e Pereira, Oliveira e Reis (2020).

### **Categorias temáticas baseadas nos resultados da Classificação Hierárquica Descendente pelo método de Reinert**

Após o processamento da Classificação Hierárquica Descendente pelo método de Reinert, foi elaborado o dendrograma das classes (Figura 1). Obteve-se cinco classes distintas em dois agrupamentos, o primeiro agrupamento formou dois vértices, sendo o primeiro responsável pela criação da Classe 5. O segundo vértice foi dividido gerando o terceiro vértice que culminou na Classe 4, e o quarto vértice foi dividido resultando na composição das Classe 1 e 3. O segundo agrupamento ou deu origem a Classe 2, que ficou independente das demais.

O símbolo ( $f$ ) corresponde a frequência ocorrida por cada termo ao longo de cada classe, e o símbolo ( $N$ ) é a representação da

soma de todas as frequências ( $f$ ) de cada termo existentes em todas as classes.

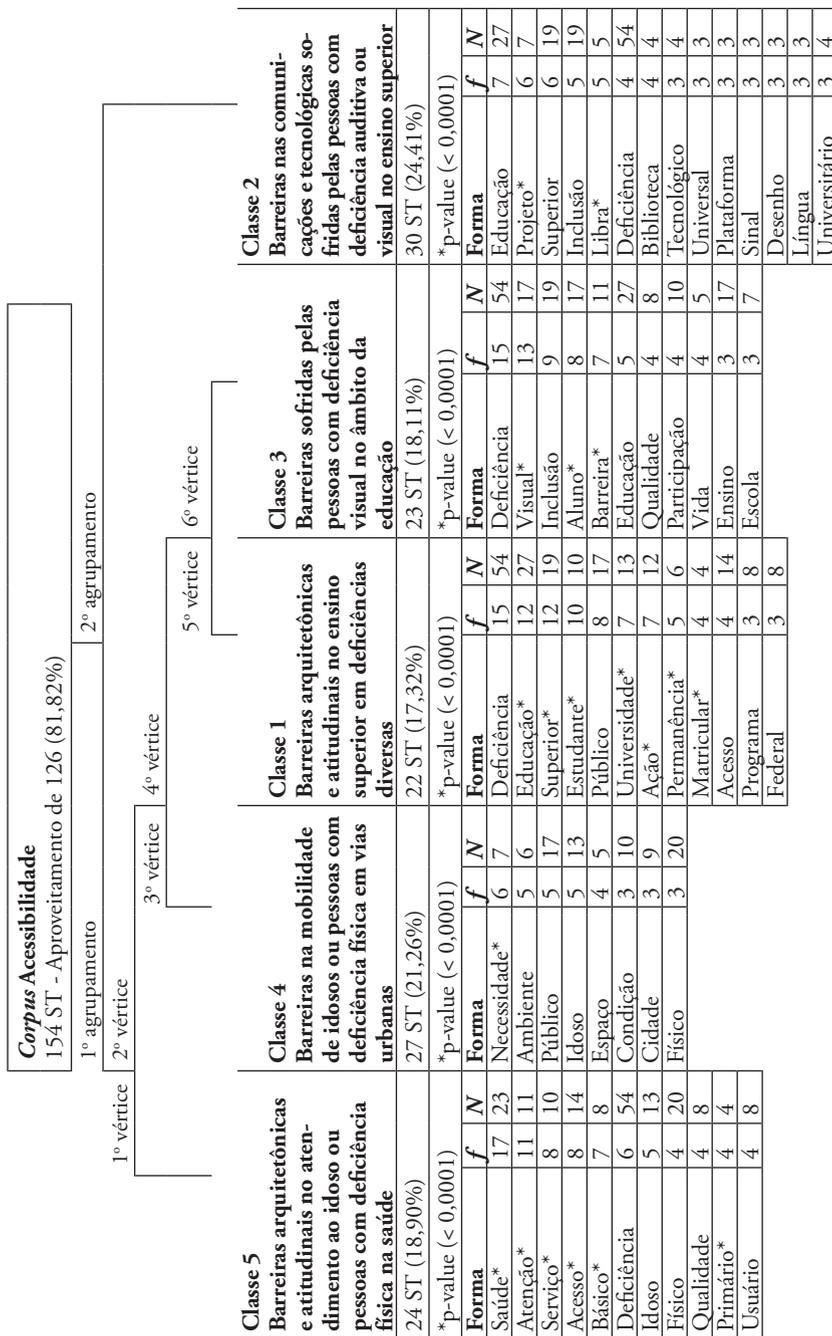
Seus dados estão apresentados por ordem decrescente de frequência das formas ativas das classes utilizadas para a realização de suas Análises de Similitude. Optou-se, para apresentação do dendrograma, evidenciando apenas as formas ativas que foram selecionadas para suas Análises de Similitude, por representarem mais fielmente suas características, eliminando assim as formas não significativas para a construção de suas classes.

Para a construção do dendrograma das classes (Figura 1) foi realizada a Classificação Hierárquica Descendente associada à Análise Fatorial de Correspondência (AFC) aplicada pelo método de Reinert, referente aos objetivos dos estudos de acessibilidade, o que resultou em:

- Classe 1 – Barreiras arquitetônicas e atitudinais no ensino superior em deficiências diversas;
- Classe 2 – Barreiras nas comunicações e tecnológicas sofridas pelas pessoas com deficiência auditiva ou visual no ensino superior;
- Classe 3 – Barreiras sofridas pelas pessoas com deficiência visual no âmbito da educação;
- Classe 4 – Barreiras na mobilidade de idosos ou pessoas com deficiência física em vias urbanas;
- Classe 5 – Barreiras arquitetônicas e atitudinais no atendimento ao idoso ou pessoas com deficiência física na saúde.

Nas próximas seções serão apresentadas as análises individuais relacionadas a cada classe, por ordem de significância, de suas AFCs associadas às Análises de Similitude com Nuvem de Palavras compondo todas as classes evidenciadas no estudo.

**Figura 1:**  
**Dendrograma das Classes**



Fonte: Elaborada pelos autores.



tecas e base de dados (Novelli, Hoffmann e Gracioso, 2014), além de analisarem os tipos de *softwares* e equipamentos que podem diminuir as dificuldades das pessoas com deficiência visual (Fialho e Silva, 2012). Não devemos esquecer que além dessas barreiras, outras são comuns aos estudantes universitários, conforme evidenciado na Classe 2.

A presente classe expressa a necessidade de se implementar projetos de acessibilidade (Fialho e Silva, 2012) no ensino superior, tais como: Projeto Incluir do Ministério da Educação (Siqueira e Santana, 2010); e o projeto Vivenciando a Deficiência: (des)educando para incluir (Oliveira e Resende, 2017).

Posteriormente, será apresentada a Classe 4 ‘Barreiras na mobilidade de idosos ou pessoas com deficiência física em vias urbanas’ que obteve o percentual de 21,26%. Excep-

cionalmente, a próxima classe possui foco nas barreiras existentes em ambientes públicos existentes nas cidades, sendo estes de responsabilidade dos prefeitos e governadores.

### **Barreiras na mobilidade de idosos ou pessoas com deficiência física em vias urbanas (Classe 4)**

A Classe 4 ‘Barreiras na mobilidade de idosos ou pessoas com deficiência física em vias urbanas’ evidenciou na AFC apenas a forma ‘necessidade’ com  $p$  significativo ( $< 0,0001$ ). As principais formas que definem o perfil da classe, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), em função de sua frequência ( $f$ ) são: ‘necessidade’, a maior da classe, ocorreu em 6 ST na classe; ‘ambiente’, ‘público’ e ‘idoso’, todos com 5 ST na classe.

**Figura 3:**  
**Análise de similitude da Classe 4**



Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme Figura 3, consta nesta classe investigações sobre acessibilidade focadas nas ‘condições’ de mobilidade urbana de ‘idosos’ e pessoas com deficiência ‘física’, principalmente as relacionadas aos ‘ambientes’ e ‘espaços’ públicos, e as necessidade de integração nas cidades. A literatura sobre acessibilidade em vias urbanas, está basicamente associada as pessoas idosas e aos deficientes físicos. Além disso, a presente classe é similar a Classe 3 ‘Barreiras sofridas pelas pessoas com deficiência visual no âmbito da educação’, por não possuírem uma barreira específica. As principais barreiras relacionadas à Classe 4 foram:

- Barreiras Urbanísticas – no entorno de suas residências (Veiga, Ferreira e Cordeiro, 2016), nos espaços de circulação pública (Machado e Lima, 2015) e nas calçadas das cidades (Silva e Angelis Neto, 2019) que propõem um ambiente de integração espacial (Peregrino, Brito e Silveira, 2017) entre as pessoas;
- Barreiras nos Transportes – nos transportes públicos (Alperstedt Neto, Rolt e Alperstedt, 2018).

Esta classe delinea a acuidade das cidades (Centeio *et al.*, 2010) possuírem mobilidade urbana (Peregrino *et al.*, 2017) para as pessoas que necessitam de acessibilidade.

Em seguida, será apresentada a Classe 5 ‘Barreiras arquitetônicas e atitudinais no atendimento ao idoso ou pessoas com deficiência física na saúde’ que obteve o percentual de 18,90%. É a única classe que possui foco nas

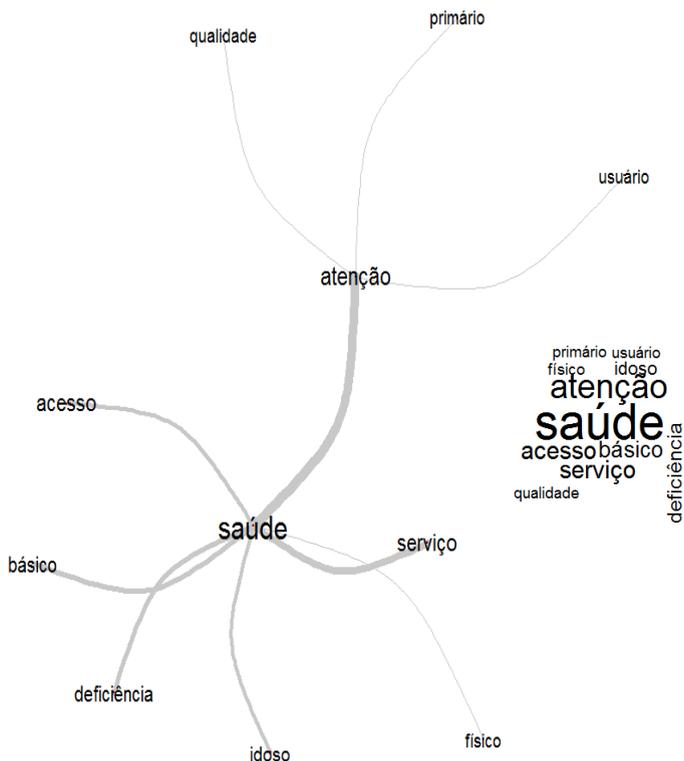
barreiras de acessibilidade no âmbito dos serviços realizados na área da saúde pública.

### **Barreiras arquitetônicas e atitudinais no atendimento ao idoso ou pessoas com deficiência física na saúde (Classe 5)**

A Classe 5 ‘Barreiras arquitetônicas e atitudinais no atendimento ao idoso ou pessoas com deficiência física na saúde’ evidenciou na AFC as formas ‘saúde’, ‘atenção’, ‘serviço’, ‘acesso’, ‘básico’ e ‘primário’, todas com  $p$  significativo ( $< 0,0001$ ). As principais formas que definem o perfil da classe, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), em função de sua frequência ( $f$ ) são: ‘saúde’, a maior da classe, ocorreu em 17 ST na classe; ‘atenção’ com 11 ST na classe; e ‘serviço’ com 8 ST na classe.

A Análise de Similitude da Classe 5, associada a sua Nuvem de Palavras, é apresentada na Figura 4, destaca-se por ser a única classe direcionada para as barreiras associadas aos serviços de saúde. Ressalta-se na Classe 5 ‘Barreiras arquitetônicas e atitudinais no atendimento ao idoso ou pessoas com deficiência física na saúde’ a evidência significativa de estudos com foco em acessibilidade e ‘acesso’ das pessoas com ‘deficiência’ ‘física’, sobretudo ao ‘idoso’, no âmbito dos ‘usuários’ que procuram o ‘serviço’ de ‘atenção’ ‘básico’ e ‘primário’ na ‘saúde’. Ademais, é evidenciada importância para a ‘qualidade’ de vida dessas pessoas.

**Figura 4:**  
**Análise de similitude da Classe 5**



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

A mobilidade do idoso e das pessoas com deficiência física são temáticas mais relevantes nos estudos de acessibilidade relacionados a área da saúde. As principais barreiras relacionadas a Classe 5 ‘Barreiras arquitetônicas e atitudinais no atendimento ao idoso ou pessoas com deficiência física na saúde’ encontradas foram:

- Barreiras Arquitetônicas – na área da recepção nas Unidades de Saúde (Marques *et al.*, 2018), problemas de acessibilidade aos banheiros (Cavalcanti *et al.*, 2019);
- Barreiras Atitudinais – prioridade no atendimento e interesse dos profissionais no atendimento (Nicolau, Schraiber e Ayres, 2013).
- Apesar dessas barreiras serem as mais evidenciadas nos estudos de acessibilidade voltados a área da saúde, não deve ser esquecer outras barreiras também encontradas na literatura. São elas:
- Barreiras Urbanísticas – problemas nas calçadas das ruas (Nicolau *et al.*, 2013);

- Barreiras nos Transportes – a forma de transporte utilizada para se chegar ao serviço de saúde (Moscoso-Porras, Fuhs e Carbone, 2019);
- Barreiras nas Comunicações – dificuldade em marcação de consultas (Amaral *et al.*, 2012).

Esta classe revela que a área da saúde também é importante para que sejam desenvolvidas formas de diminuição nas barreiras de acessibilidade, principalmente voltado ao acesso dos serviços básicos (Gironi e Santos, 2011) e primários (Marques *et al.*, 2018) na saúde. A Classe 3 ‘Barreiras sofridas pelas pessoas com deficiência visual no âmbito da educação’ com 18,11%, a próxima a ser analisada, obteve um resultado em percentual muito presente classe analisada.

### **Barreiras sofridas pelas pessoas com deficiência visual no âmbito da educação (Classe 3)**

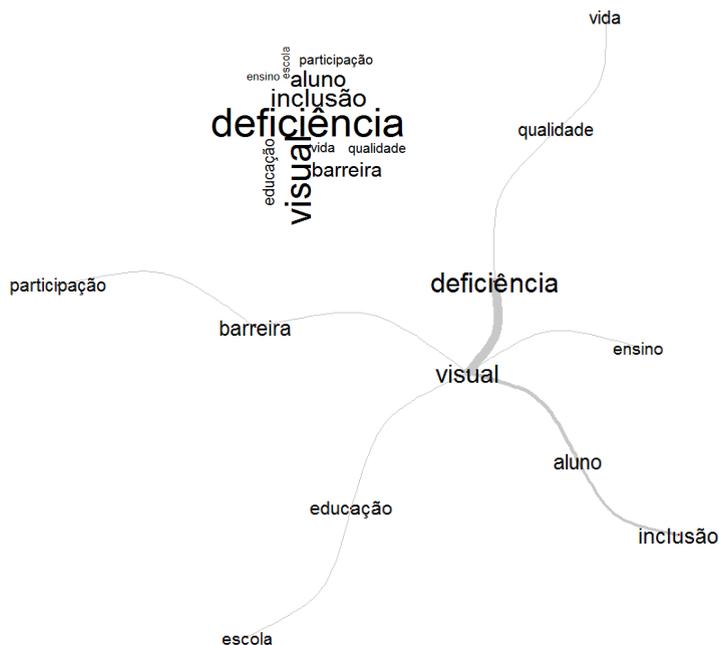
A Classe 3 ‘Barreiras sofridas pelas pessoas com deficiência visual no âmbito da educação’

evidenciou na AFC as formas ‘visual’, ‘aluno’ e ‘barreira’, todas com  $p$  significativo ( $< 0,0001$ ).

As principais formas que definem o perfil da classe, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), em função de sua frequência ( $f$ ) são: ‘deficiência’, a maior da classe, ocorreu em 15 ST na classe; ‘visual’ com 13 ST na classe; e ‘inclusão’ com 9 ST na classe. A Análise de Similitude da Classe 3, associada a sua Nuvem de Palavras, é apresentada na Figura 5, que delinea as principais conexões mantendo a paridade em relação as classes apresentadas anteriormente.

Realça-se nesta classe abordagem das pesquisas pertinentes as ‘barreiras’ de acessibilidade sofridas pelos ‘alunos’ que possuem ‘deficiência’ ‘visual’ dentro do sistema de ‘inclusão’ no ‘ensino’, a fim de fomentar a sua ‘participação’ no processo de ‘educação’ ‘escolar’ e no âmbito da sua ‘qualidade’ de ‘vida’.

**Figura 5:**  
**Análise de similitude da Classe 3**



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

Diferentemente da Classe 1 ‘Barreiras arquitetônicas e atitudinais no ensino superior em deficiências diversas’ e da Classe 2 ‘Barreiras nas comunicações e tecnológicas sofridas pelas pessoas com deficiência auditiva ou visual no ensino superior’, que abordam as barreiras de acessibilidade no âmbito do ensino superior, a presente classe direciona seus estudos para o campo da educação não associados ao nível superior. Além disso, a Classe 3 ‘Barreiras sofridas pelas pessoas com deficiência visual no âmbito da educação’ não possui direcionamento para uma barreira específica. As principais barreiras relacionadas à Classe 3 foram:

- Barreiras Urbanísticas – pisos táteis (Abate e Kowaltowski, 2017);

- Barreiras Arquitetônicas – acessibilidade física (Leite e Campos, 2018) no âmbito geral;
- Barreiras nas Comunicações – uso da audiodescrição (Eich *et al.*, 2017; Kersch e Marques, 2016);
- Barreiras Tecnológicas – tecnologia assistiva (Bruno e Nascimento, 2019) e aplicativo com acessibilidade digital (Leria *et al.*, 2018).

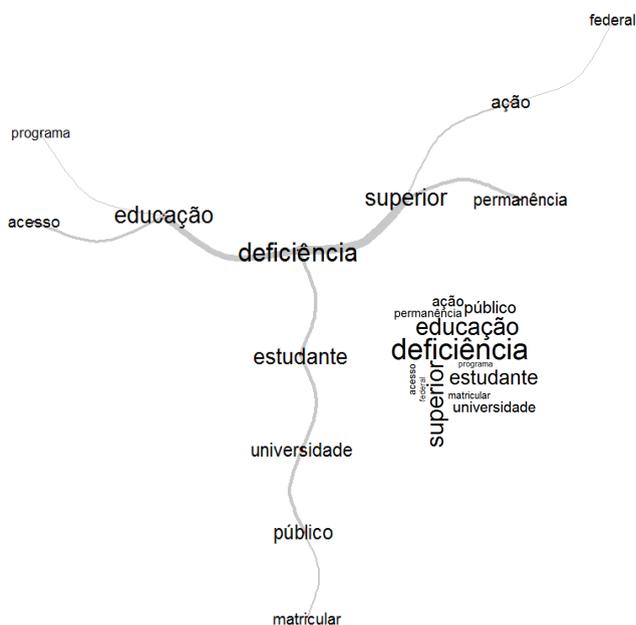
Esta classe corrobora que é vital promover a inclusão dos alunos com deficiência (Melo e Martins, 2007) em sala de aula e nos ambientes digitais (Bruno e Nascimento, 2019), a fim de aumentar o seu desenvolvimento.

Por fim, será apresentada a Classe 1 ‘Barreiras arquitetônicas e atitudinais no ensino superior em deficiências diversas’ que obteve o percentual de 17,32%. Excepcionalmente, a próxima classe possui elevada similaridade com a classe aqui apresentada por serem derivadas da mesma bifurcação do mesmo vértice.

### Barreiras arquitetônicas e atitudinais no ensino superior em deficiências diversas (Classe 1)

A Classe 1 ‘Barreiras arquitetônicas e atitudinais no ensino superior em deficiências diversas’ evidenciou na AFC as formas ‘educação’, ‘superior’, ‘estudante’, ‘universidade’, ‘ação’, ‘permanência’ e ‘matricular’, todas com  $p$  significativo ( $< 0,0001$ ). As principais formas que definem o perfil da classe, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), em função de sua frequência ( $f$ ) são: ‘deficiência’, a maior da classe, ocorreu em 15 ST na classe; ‘educação’ e ‘superior’, ambos com 12 ST na classe.

Figura 6:  
Análise de similitude da Classe 1



Fonte: Elaborada pelos autores.

A Análise de Similitude da Classe 1, associada a sua Nuvem de Palavras, é apresentada na Figura 6, que delinea as principais conexões relacionadas aos termos basilares do *corpus* textual, sendo exibido na forma de um grafo.

Assim, é possível inferir as principais temáticas por meio da coocorrência entre as palavras.

Destaca-se na Classe 1 ‘Barreiras arquitetônicas e atitudinais no ensino superior em deficiências diversas’ que os objetivos dos estudos analisados da amostra possuem influência

significativa nos ‘programas’ e ‘ações’ voltados aos ‘estudantes’ com ‘deficiência’ das ‘universidades’ ‘federais’, desde o ‘acesso’ inicial relacionado a sua ‘matrícula’ se estendendo até o seu processo de ‘permanência’ junto a ‘educação’ ‘superior’ ‘pública’.

Nas Barreiras Atitudinais foram evidenciadas a falta de atenção dos funcionários nos Restaurantes Universitários (Silva e Ferreira, 2017), a ajuda de colegas para realização de cópia do material apresentado pelos docentes (Anache e Cavalcante, 2018), a responsabilidade do docente em sala de aula (Gesser e Nuernberg, 2017), dentre outras. Isso não exclui a importância dada aos demais estudos envolvendo principalmente:

- Barreiras Urbanísticas – entre os prédios da instituição (Diniz, Almeida e Furtado, 2019);
- Barreiras nas Comunicações – informações (Silva e Ferreira, 2017) e materiais (Gesser e Nuernberg, 2017) disponibilizados em braile;
- Barreiras Tecnológicas – acessibilidade digital (Lazzarin e Sousa, 2015) e tecnologias assistivas (Vianna e Pinto, 2017).

Ademais, a presente classe não obteve destaque para um único tipo de deficiência, seguindo assim a tendência da maioria dos estudos encontrados na amostra que relacionam mais de uma deficiência em seus indicadores ou não especificam o tipo deficiência no seu processo de análise.

Assim, foram apresentadas as cinco classes que surgiram com a aplicação do método de Reinert aos 154 estudos da amostra.

Por fim, a Classe 1 confirma o quão são importantes as ações afirmativas na educação superior (Oliveira, 2013), principalmente as realizadas pelas universidades federais (Melo e Araújo, 2018) e seus núcleos de acessibilidade (Ciantelli e Leite, 2016) desde a entrada até a permanência (Castro e Almeida, 2014) de estudantes que possuem algum tipo de deficiência.

## **Considerações finais**

Com o objetivo de realizar uma pesquisa sobre acessibilidade, realizou-se um estudo com a finalidade de apresentar as principais temáticas estudadas na literatura brasileira e associá-las às principais barreiras existentes nas políticas definidas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de número 13.146/2015.

Os resultados apontam uma forte tendência para realização de estudos associados à área da educação, principalmente para fatores direcionados as barreiras arquitetônicas, comunicações, atitudinais e tecnológicas sofridas pelos alunos com deficiência auditiva ou visual no ensino superior. A educação básica também é evidenciada por meio das barreiras sofridas pelas pessoas com deficiência visual. O problema que persiste em incluir pessoas com deficiência na educação, desde o ensino básico até o nível superior, é uma realidade em muitas escolas e universidades brasileiras, devendo ser dada maior atenção a esse fator pelo poder público.

Além disso, foram evidenciadas mais duas classes temáticas importantes. Uma delas está vinculada aos problemas de mobilidade urbana existentes nas cidades brasileiras. Apesar das melhorias realizadas nos Planos Diretores das cidades, os problemas de mobilidade urbana continuam sendo uma realidade para qualquer cidadão, sendo mais inoportuno para os idosos e pessoas com deficiência física.

Os resultados ainda evidenciam a existência de uma quinta classe associada à área da saúde. Nessa são encontrados estudos vinculados às barreiras encontradas por idosos e pessoas com deficiência física quando procuram atendimento no serviço básico e primário de saúde. Há de salientar que as principais barreiras encontradas nesses estudos comprovam os problemas arquitetônicos existentes nos ambientes internos dos serviços de saúde pública no país.

Com relação aos problemas atitudinais de pessoas que circulam nesses ambientes, desde

usuários dos serviços de saúde, passando por terceirizados que trabalham na área, até chegar aos profissionais que atendem nesses estabelecimentos, os dados mostram que apesar da existência de leis que tratam de direitos aos idosos e pessoas com deficiência, as barreiras sofridas por essas pessoas no cotidiano permanecem impactantes nos estudos contemporâneos, como evidenciado pela amostra dos 154 estudos aqui analisados.

Não adianta criarmos leis para dar direitos aos cidadãos, se não as executamos de forma obstinada a diminuir os impactos que as pessoas com deficiência e idosos sofrem ao longo da vida. No caso das pessoas com deficiência, essas barreiras permeiam por toda a sua vida, desde o momento em que acordam, passando pelas dificuldades do deslocamento para sair de casa, a comportamentos endógenos escusos da sociedade, tanto no âmbito familiar, como no social.

Em relação as pessoas que não possuem deficiência, que um dia obrigatoriamente se tornarão idosos, estas sofrerão com barreiras no momento em que estiverem mais vulneráveis em relação a sua forma psicológica e física. Ao invés de serem acolhidas pela sociedade, elas são expurgadas e consideradas inaptas a viverem em sociedade.

Almeja-se poder, com os dados aqui encontrados, auxiliar o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente (NIADI) em sua expansão nas ações de acesso e permanência de discentes e servidores no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e acima de tudo, alertá-los sobre a necessidade de atuar não apenas nas barreiras Arquitetônicas, Atitudinais e Comunicações e na Informação, como já é realizado pelo Núcleo. Pois conforme evidenciado na literatura, há outras barreiras que também devem ser eliminadas no ensino superior, em especial a Tecnológica.

Sugere-se que sejam realizados novos estudos comparando os resultados das barreiras de acessibilidade encontradas neste estudo, com

as publicações europeias, afim de se evidenciar suas similaridades e, acima de tudo, suas diferenças.

## Referências bibliográficas

- Abate, T. P. & Kowaltowski, D. C. C. K. (2017). Avaliação de pisos táteis como elemento de wayfinding em escola de ensino especial para crianças com deficiência visual. *Ambiente Construído*. 17 (2): 53-71.
- Áfio, A. C. E., Carvalho, A. T. d., Carvalho, L. V. d., Silva, A. S. R. d. & Pagliuca, L. M. F. (2016). Avaliação da acessibilidade de tecnologia assistiva para surdos. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 69 (5): 833-839.
- Alperstedt Neto, C. A., Rolt, C. R. d. & Alperstedt, G. D. (2018). Acessibilidade e Tecnologia na Construção da Cidade Inteligente. *Revista de Administração Contemporânea*. 22 (2): 291-310.
- Alpino, Á. M. S., Valenciano, P. J., Furlaneto, B. B. & Zechim, F. C. (2013). Orientações de fisioterapia a mães de adolescentes com paralisia cerebral: abordagem educativa para o cuidar. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 19 (4): 597-610.
- Amaral, F. L. J. d. S., Motta, M. H. A., Silva, L. P. G. d. & Alves, S. B. (2012). Fatores associados com a dificuldade no acesso de idosos com deficiência aos serviços de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 17 (11): 2991-3001.
- Anache, A. A. & Cavalcante, L. D. (2018). Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. *Psicologia Escolar e Educacional*. 22: 115-125.
- Anjos, T. P. d. & Gontijo, L. A. (2015). Recomendações de usabilidade e acessibilidade para interface de telefone celular visando o público idoso. *Production*. 25 (4): 791-811.
- Brito Filho, J. C. M. (2016). *Ações afirmativas*. São Paulo: LTr.
- Bruno, M. M. G. & Nascimento, R. A. L. d. (2019). Política de Acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual. *Educação & Realidade*. 44 (1): e84848.

- Cabral, L. S. A. & Melo, F. R. L. V. d. (2017). Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. *Educar em Revista*. 55-70.
- Camargo, E. P. d., Nardi, R. & Veraszto, E. V. (2008). A comunicação como barreira à inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de óptica. *Revista Brasileira de Ensino de Física*. 30 (3): 3401-3413.
- Castro, S. F. d. & Almeida, M. A. (2014). Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 20 (2): 179-194.
- Cavalcanti, P. B., Ely, V. H. M. B., Jeremias, D. M., Schneider, J. P., Silva, M. V. d. & Bor-toluzzi, T. V. C. (2019). Avaliação pós-ocupação de unidades de emergência hospitalares de Florianópolis: problemas recorrentes e possíveis soluções. *Ambiente Construído*. 19 (2): 171-186.
- Centeio, H., Dias, S., Rito, S., Santinha, G., Vicente, H. & Sousa, L. (2010). Aveiro: cidade amiga das pessoas idosas!? *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. 13 (3): 369-381.
- Ciantelli, A. P. C. & Leite, L. P. (2016). Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 22 (3): 413-428.
- Ciantelli, A. P. C., Leite, L. P. & Nuernberg, A. H. (2017). Atuação do psicólogo nos “núcleos de acessibilidade” das universidades federais brasileiras. *Psicologia Escolar e Educacional*. 21 (2): 303-311.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Diniz, I. C. d. S., Almeida, A. M., & Furtado, C. C. (2019). University libraries: The role of an accessible campus on the inclusion of users with special needs. *Transinformação*. 31: e180029.
- Eich, M. S., Schulz, L. O. & Pinheiro, L. S. (2017). Audiodescrição como recurso de acessibilidade no livro didático de língua inglesa. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. 56 (2): 443-459.
- Ferreira, F. R., César, C. C., Andrade, F. B. d., Souza Junior, P. R. B. d., Lima-Costa, M. F. & Proietti, F. A. (2018). Aspects of social participation and neighborhood perception: EL-SI-Brazil. *Revista de Saúde Pública*. 52: 18 e ss.
- Fialho, J. & Silva, D. d. O. (2012). Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 17 (1): 153-168.
- Flor, C. d. S., Vanzin, T. & Ulbricht, V. (2013). Recomendações da WCAG 2.0 (2008) e a acessibilidade de surdos em conteúdos da Web. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 19 (2): 161-168.
- Gasparoto, M. C. & Alpino, Â. M. S. (2012). Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 18 (2): 337-354.
- Gesser, M. & Nuernberg, A. H. (2017). A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência. *Educar em Revista*. 151-166.
- Girondi, J. B. R. & Santos, S. M. A. d. (2011). Deficiência física em idosos e acessibilidade na atenção básica em saúde: revisão integrativa da literatura. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. 32 (2): 378-384.
- Goggin, G., Hollier, S. & Hawkins, W. (2017). Internet accessibility and disability policy: lessons for digital inclusion and equality from Australia. *Internet Policy Review*. 6 (1): 1-18.
- Guerreiro, E. M. B. R. (2012). A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. *Revista Educação Especial*. 25 (43): 217-232.
- Kersch, D. F. & Marques, R. G. (2016). Saímos do cinema de alma lavada: multiletramentos e trabalho interdisciplinar na produção de cur-

- tas de acessibilidade midiática. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. 55 (1): 77-99.
- Lazzarin, F. A. & Sousa, M. R. F. d. (2015). Aspectos que interferem no acesso à informação e interação dos usuários cegos com o OPAC em bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 20 (1): 75-91.
- Leal, D. R., Mattos, G. D. d. & Fontana, R. T. (2013). Trabalhador com deficiência física: fragilidades e agravos autorreferidos. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 66 (1): 59-66.
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. (2000). Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm)
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)
- Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (1991). Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm)
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)
- Leite, G. G. & Campos, J. A. d. P. P. (2018). Percurso Escolar de Estudantes com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos, Nível Ensino Médio. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 24 (1): 17-32.
- Leria, L. D. A., Filgueiras, L. V. L., Silva, F. J. F. d. & Ferreira, L. A. (2018). Enem Acessível: Autonomia para a Pessoa com Deficiência Visual Total no Exame Nacional do Ensino Médio. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 24 (1): 103-120.
- Lewthwaite S. & James A. (2020). Accessible at last?: what do the new European digital accessibility laws mean for disabled people in the UK? *Disability & Society*. 35 (8): 1.360-1.365.
- Machado, M. H. & Lima, J. P. (2015). Avaliação multicritério da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: um estudo na região central de Itajubá (MG). *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*. 7 (3): 368-382.
- Machado, T. R., Chaise, R. M. & Elliot, L. G. (2016). A meta-avaliação como instrumento de qualidade nas políticas públicas: o Programa Segundo Tempo. *Meta: Avaliação*. 8: 1-20.
- Marchand, P. & Ratinaud, P. (2012). L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les premiers socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). *Actes des 11eme Journées Internationales d'Analyse Statistique des Données Textuelles*. JADT. 687-699.
- Marins, S. C. F. & Matsukura, T. S. (2009). Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 15 (1): 45-64.
- Marques, J. F., Áfio, A. C. E., Carvalho, L. V. d., Leite, S. d. S., Almeida, P. C. d. & Pagliuca, L. M. F. (2018). Acessibilidade física na atenção primária à saúde: um passo para o acolhimento. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. 39: e2017-0009.
- Martins, A. B., D'Ávila, O. P., Hilgert, J. B. & Hugo, F. N. (2014). Atenção Primária a Saúde voltada as necessidades dos idosos: da teoria à prática. *Ciência & Saúde Coletiva*. 19 (8): 3403-3416.
- Mazzoni, A. A. & Torres, E. F. (2008). Contribuições para uma atenção adequada às pessoas idosas nos serviços de caixa bancário de auto-atendimento. *Ciência & Saúde Coletiva*. 13 (4): 1227-1236.
- Medrado, B. P., Mello, D. & Tonelli, J. R. A. (2019). Inclusive practices and policies in language teacher education courses. *DELTA*:

- Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. 35 (3): e2019350307.
- Melo, F. R. L. V. d. & Araújo, E. R. (2018). Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. *Psicologia Escolar e Educacional*. 22: 57-66.
- Melo, F. R. L. V. d. & Martins, L. d. A. R. (2007). Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 13 (1): 111-130.
- Ministério da Educação (2016). *Portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências*. Recuperado de: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473).
- Moscoso-Porras, M., Fuhs, A. K., & Carbone, A. (2019). Access barriers to medical facilities for people with physical disabilities: the case of Peru. *Cadernos de Saúde Pública*. 35 (12): e00050417.
- Nicolau, S. M., Schraiber, L. B. & Ayres, J. R. d. C. M. (2013). Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 18 (3): 863-872.
- Novelli, V. A. M., Hoffmann, W. A. M. & Gracioso, L. d. S. (2014). Ferramentas para mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 19 (3): 30-51.
- Oliveira, A. L. d. M. & Resende, M. C. d. (2017). Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências. *Psicologia Escolar e Educacional*. 21 (2): 295-301.
- Oliveira, C. B. d. (2013). Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? *Revista Brasileira de Educação*. 18 (55): 961-984.
- Oostveen A. M. & Lehtonen P. (2018) The requirement of accessibility: European automated border control systems for persons with disabilities. *Technology in Society*. 52: 60-69.
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração universal dos direitos humanos*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Recuperado de: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=789>
- Organização das Nações Unidas. (1975). *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975. Recuperado de: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)
- Organização das Nações Unidas. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Recuperado de: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>
- Organização das Nações Unidas. (1994). *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de junho de 1994. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
- Organização das Nações Unidas. (1999). *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 6 de junho de 1999. Recuperado de: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/A-65.htm>
- Organização das Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006. Recuperado de: <http://www.un.org/disabilities/documents/natl/portugal-c.doc>

- Paula, K. M. P. D. & Enumo, S. R. F. (2007). Avaliação assistida e comunicação alternativa: procedimentos para a educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 13 (1): 3-26.
- Peregrino, Y. R., Brito, A. L. R. & Silveira, J. A. R. (2017). O espaço livre público informal como lócus da oportunidade e da integração socioespacial da cidade: o caso da favela Beira Molhada, em João Pessoa - PB, Brasil. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*. 9 (3): 456-473.
- Pereira, C. A., Oliveira, P. M. & Reis, M. J. C. S. (2020). Processos e metodologias não-tradicionais no Ensino Superior de Engenharia Elétrica: a percepção de coordenadores de curso em dois países lusófonos. *Meta: Avaliação*. 12 (34): 211-246.
- Pereira, C. E. C., Bizelli, J. L. & Leite, L. P. (2015). Acessibilidade e deficiência na universidade: Política de recursos humanos. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. 10: 631-642.
- Pivetta, E. M., Saito, D. S. & Ulbricht, V. R. (2014). Surdos e acessibilidade: análise de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 20 (1): 147-162.
- Porte, M., Saur-amaral, I. & Pinho, C. (2018). Pesquisa em auditoria: principais temas. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*. 29 (76): 41-59.
- Priestley M., Stickings M., Loja E., Grammenos S., Lawson A., Waddington L. & Fridriksdotir, B. (2016). The political participation of disabled people in Europe: Rights, accessibility and activism. *Electoral Studies*. 42: 1-9.
- Reinert, M. (1990). Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. *Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique*. 26 (1): 24-54.
- Rocha, A. N. D. C., Desidério, S. V. & Massaro, M. (2018). Avaliação da Acessibilidade do Parque Durante o Brincar de Crianças com Paralisia Cerebral na Escola. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 24 (1): 73-88.
- Santarosa, L. M. C. & Conforto, D. (2015). Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 21 (4): 349-366.
- Santos, A. S. & Portes, A. J. F. (2019). Perceptions of deaf subjects about communication in Primary Health Care. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. 27: e3127.
- Silva, J. S. S. d. & Ferreira, W. B. (2017). Sombreado a Pessoa com Deficiência: Aplicabilidade da Técnica de Sombreamento na Coleta de Dados em Pesquisa Qualitativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 23 (2): 185-200.
- Silva, O. H. d. & Angelis Neto, G. D. (2019). Índice de Serviço das Calçadas (ISC). *Ambiente Construído*. 19 (1): 221-236.
- Siqueira, I. M. & Santana, C. d. S. (2010). Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 16 (1): 127-136.
- Veiga, M. R. M., Ferreira, S. C. M. & Cordeiro, A. M. R. (2016). Construção de identidade(s) na velhice: Os territórios enquanto marco identitários. *Psicologia & Sociedade*. 28 (3): 453-462.
- Vianna, W. B. & Pinto, A. L. (2017). Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: Aspectos bibliométricos relevantes. *Perspectivas em Ciência da Informação*. 22 (2): 125-151.
- Wasfi, R., Levinson, D. & El-Geneidy, A. (2012). Measuring the transportation needs of seniors. *Journal of Transport Literature*. 6 (2): 08-32.